
EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS

APRESENTAÇÃO

A ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação apresenta o Dossiê “Educação do Campo e Movimentos Sociais”. O Dossiê que aqui apresentamos, expõe reflexões sobre diversas experiências e práticas de luta por educação dos camponeses, formuladas na perspectiva da Educação do Campo e sua relação com os Movimentos Sociais.

Nas duas últimas décadas, as lutas dos movimentos sociais levaram o Estado brasileiro a reconhecer e incorporar programas e políticas no escopo de suas ações, que ampliaram a garantia do Direito à Educação aos camponeses.

Na sua historicidade, entre anos 70 e 80, segundo Arroyo, os movimentos sociais do campo assumiram na conformação da sua identidade e tomada de consciência sobre seus direitos, a luta por uma educação básica e uma escola pública que seja representativa para os povos do campo. Os movimentos sociais, segundo Arroyo (2003)¹ e Ghon (2011)² constituem-se em espaços férteis de aprendizagem e de produção de saberes e são geradores de novas sociabilidades, porém segundo Ghon (2011):

[...] não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo. (GHON, 2011, p. 333-334).

Na história recente do Brasil, o Movimento de Educação do Campo, vem fomentando a criação de uma referência teórica, política e metodológica no que diz respeito à construção de um projeto educacional que possa atender às demandas das populações que residem e trabalham no espaço campesino.

¹ ARROYO, Miguel Gonzalez. Pedagogia em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 28-49, jan.-jun. 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

² GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Esta pauta caracteriza-se pela preocupação em construir um projeto de escola vinculado a um projeto de campo e de sociedade numa perspectiva que coloque o campesinato como um sujeito de direitos, não somente na perspectiva de sua integração à dinâmica social existente, mas principalmente, na perspectiva de sua transformação, na direção de condições mais justas e igualitárias para todos.

O reconhecimento do Sujeito do Campo, materializa a necessidade por uma educação contextualizada, do ribeirinho, do barranqueiro, do catrumano, dos ilhados, dos agricultores e agricultoras, de jovens e adultos, quilombolas e todos os sujeitos que lutam pela terra como forma de garantia de sua existência e reprodução social. A luta pela terra e pela educação como condição para a vida.

A Educação do Campo que nasce da luta dos coletivos constituídos pelos movimentos sociais, tem concretizado políticas públicas específicas para os camponeses (Pronera, Procampo, Pronacampo, Residência Agrária), além da conquista de importantes marcos legais próprios à garantia de tais direitos (Diretrizes Operacionais, Decretos, Resoluções).

Neste sentido, consideramos relevante organizar e tornar pública a produção de conhecimento que tem registrado, a partir de pesquisas na área da Educação do Campo, os avanços conquistados por estas políticas públicas e sistematizar os desafios que ainda precisam ser enfrentados para sua consolidação.

Neste número da ReDiPE, com o dossiê sobre Educação do Campo e Movimentos Sociais, as discussões propiciadas pelos artigos revelam a importância dos movimentos na luta por política pública para as escolas do campo e conseqüentemente o desdobramento nas escolas com as experiências pedagógicas em defesa da educação como direito e o protagonismo como forma de materialização da luta na escola do campo.

Desta forma abrimos os debates do presente Dossiê com as contribuições relacionadas às políticas públicas para as escolas do campo. Em especial o Pronacampo e o Pronera. O texto “POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: REFLEXÕES SOBRE O PRONACAMPO”, dos autores Ramofly Bicalho, Pedro Clei Sanches Macedo e Guilherme Goretti Rodrigues, além de apresentar reflexões sobre políticas públicas de Educação do Campo a partir do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), indicando seus principais aspectos e suas intenções para formação dos sujeitos do campo, destaca as contradições do programa em especial as aproximações com propostas que representam o “ ‘desenvolvimento agrícola’ vinculado ao agronegócio e à imposição de uma política econômica de submissão do campo ao latifúndio e uso de agrotóxicos e transgênicos.”

Ainda, em relação às políticas públicas para o campo, outro texto que compõe o Dossiê, “O PRONERA COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL

DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB”, dos autores Mauro dos Santos Carvalho e Arlete Ramos dos Santos, apresenta os elementos técnicos relacionados ao Pronera como política pública para a educação do campo, sobretudo, evidencia os resultados da articulação Estado, Universidade e Movimentos, apresentando os resultados positivos da atuação da UESB na materialização de um projeto de educação para as populações do campo, não deixa, porém, de destacar os prejuízos e retrocessos ocasionados pelo aparelhamento ideológico decorrentes das mudanças na direção do Estado.

Com o sentido de manter a dimensão da relação entre a luta por terra e a construção de territorialidade camponesa, o texto “DO MÃE MARIA AO ASSENTAMENTO ARARAS: TERRITORIALIDADE POSSEIRA NO ARAGUAIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO”, dos autores Adenilson da Silva Cavalcante e Ailce Margarida Negreiros Alves, pelas narrativas e riqueza na investida empírica, apresenta mais do que um texto acadêmico/científico, destaca com o rigor ético e com empatia, a trajetória da luta pela terra e a resiliência dos povos do Araguaia, que se confunde com a história de vida dos autores, evidencia que a luta não seria apenas pela terra de trabalho, mas também pela educação, por uma educação contextualizada, que ganha significados e contornos próprios quando integra escolas de assentamentos e colônias agrícolas.

Da diversidade dos sujeitos e a reafirmação da identidade quilombola se constituem formas de luta e resistência nas ações dos egressos no artigo “PEDAGOGIAS DA RESISTÊNCIA E AFIRMAÇÃO QUILOMBOLA: INTERFACES ENTRE LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA”, dos autores Alessandra Bernardes Farias Campos e Emanuel Ferreira da Silva Neto, mais do que narrar as experiências de formação pedagógica nas Comunidades Quilombolas de Ouro Verde de Minas/Minas Gerais, o texto se posiciona quanto ao direito ao reconhecimento, que vem amalgamado com a desqualificação dos padrões de colonialidade e seus processos de construção de invisibilidades. A perspectiva do texto sugere que discutir a Educação Quilombola transcende os limites das políticas educacionais, deve-se incluir neste debate a raça, a cor, a política, o direito, a economia e tudo que envolve o racismo estrutural.

É preciso registrar, formas de (re)existência do povo camponês contar sua história. Esse registro há que ser um momento de formação. O artigo “MODOS DE LUTAR, RESISTIR e Existir NA COMUNIDADE de ÁGUA BOA II: UMA EXPERIÊNCIA DE LICENCIANDOS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO EM TEMPO-COMUNIDADE”, dos autores Celma Barbosa Alves e Fernando Luís Pereira Fernandes, destaca a contribuição da imersão em campo para a formação em Licenciatura em Educação do Campo. A utilização de instrumentos e estratégias típicas da Pedagogia da Alternância, como o caderno realidade e o próprio Tempo Comunidade, demonstram que a Licenciatura em Educação do Campo não pode ser dissociada da realidade das comunidades e

das localidades de origem dos licenciandos, ignorar essa premissa é contribuir para o ruralismo pedagógico contrário aos próprios fundamentos da Educação do Campo.

As experiências e a construção de caminhos na Educação do Campo em sala de aula ressignificando a multisseriação e Ensino Fundamental é a proposta do artigo “EDUCAÇÃO DO CAMPO: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS SIGNIFICATIVAS”, da autora Tatiane Novais Brito. O fazer cotidiano da escola como prática coletiva tem sido um dos desafios na Educação do Campo na formação de professores. O texto expõe aos leitores a

[...] possibilidade de considerar problemas e situações reais como ponto de partida para a construção de saberes sistematizados, valorizando espaços e vivências que fazem parte da construção identitária dos sujeitos, dando ao contexto escolar uma significação para além da reprodução de métodos, levando-os a refletirem, compreenderem e explorarem o chão em que pisam, considerando-o como fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática (BRITO, 2020, p. 103)³.

A escola e o que se quer com ela é que seja aquela que articule a formação e os sujeitos para compreenderem onde vivem e transformarem as realidades postas, contribuindo para que sejam senhores de suas próprias histórias.

No texto “O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO/UNIFESSPA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES”, da autora Maria Neuza da Silva Oliveira, é apresentado um diagnóstico sobre a realização de estágios durante a formação de professores do campo. A pesquisa aponta que um dos principais desafios é a oferta de ensino médio nas escolas do campo.

O artigo “A ESCOLA RIBEIRINHA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PELA SOBREVIVÊNCIA DA EDUCAÇÃO NAS ILHAS DE BELÉM/PA”, dos autores Jefferson Luis da Silva Cardoso e Raira Karolina Lima Marinho, destaca a trajetória normativa que instrumentaliza a formação docente, associada aos desafios da formação para a educação do campo, especialmente no que tange a educação ribeirinha, repleta de características que a torna singular. O texto anuncia a proposição de luta por dentro do instituído, do Estado, manter viva a Educação do Campo ribeirinha por meio de ações dirigidas à realidade local.

Ainda em relação à formação de professores, as experiências que articulem o movimento teórico e a prática nas escolas tem sido um momento importante na formação de professores para escolas do campo. Com esse foco o artigo “CONSTRUÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DE MATEMÁTICA EM UMA ESCOLA DO CAMPO NA COMUNIDADE VILA PAJÉ, SUDESTE

³ BRITO, Tatiane Novais. Educação do campo: caminhos possíveis para construção de práticas educativas significativas. **ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, Marabá, PA, v. 2, n. 1, jan.-jun. 2020.

PARAENSE”, dos autores Joelson de Sousa Pereira, Carlos Alberto Gaia Assunção e Maria Célia Vieira da Silva, apresenta reflexões sobre essa formação de professores.

O que há nas escolas do campo enquanto prática pedagógica? No artigo sobre “PRÁCTICAS DOCENTES EN LA ENSEÑANZA DE CIENCIAS NATURALES EN UNA ESCUELA DE CAMPO”, dos autores Jonas Souza Barreira, Ana Carolina Enríquez Espinosa e Nevilson Ferreira de Oliveira Filho, é revelador de quanto ainda há de práticas que ainda não alcançam o que se define como prática na Educação do Campo. Ocorre que legitimar as práticas pedagógicas no âmbito da Educação do Campo passa pela seara política e organizacional, revelando a importância de um Projeto Político Pedagógico articulado e democraticamente gestado.

Nesse sentido, é o que nos apresenta o texto “CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS LOCALIZADAS NO CAMPO DO MUNICÍPIO DE REBOUÇAS-PR”, das autoras Crislaine Leticia Vereta e Sandra Aparecida Machado Polon, a educação do campo não é do campo apenas por estar neste espaço, a identidade da escola e seu compromisso com a educação contextualizada reside na sua essência. Concordamos com os autores na proposição de que

Contextualizar a Educação do Campo, não se detém apenas em defender uma prática na sala de aula voltada à realidade do aluno, ou incentivar a permanência deste na área rural, e sim, ser resistência a diversos embates na qual, vigora, acima de tudo, a busca por uma educação de qualidade visando uma formação do olhar crítico sobre o contexto camponês. Neste eixo, um dos princípios desta educação emancipadora está voltado para o respeito à realidade vivenciada pelos residentes nas áreas rurais (VERETA; POLON, 2020, p. 172)⁴.

É necessário acreditar na força que tem a juventude, e com ela, a possibilidade da transformação criada a partir de espaços formativos. O artigo “EDUCAÇÃO DO CAMPO E A CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS DE JOVENS RURAIS NO ALTO JEQUITINHONHA, MG”, dos autores Werley Ferreira e Silva e Flávia Maria Galizoni, trabalha com esta trajetória, em especial evidenciado o papel da Escola Família Agrícola na formação da juventude rural, o que corrobora com que temos defendido. O texto identifica a trajetória do jovem rural, seu local na família, na comunidade e nos espaços políticos, e no movimento migratório campo-cidade, revisita autores clássicos da literatura camponesa e da agricultura familiar. Apresenta a compreensão dos sujeitos e egressos da Escola Família Agrícola (EFA), sobre ela mesma, reafirmado seu papel na formação do sujeito que fica no campo, que sai do campo e para o campo retorna.

Como prática formativa importante, com seus conceitos e categorias, a Educação do Campo ocupa lugar na formação em diferentes campos. É o que evidencia artigo “ENSINO DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO REVELADO EM EDIÇÕES DO EBRAPEM

⁴ VERETA, Crislaine Leticia; POLON, Sandra Aparecida Machado. Considerações sobre o projeto político pedagógico das escolas localizadas no campo do município de Rebouças-PR. **ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, Marabá, PA, v. 2, n. 1, jan.-jun. 2020.

(2016-2019)”, dos autores Reinaldo Feio Lima, Marlúbia Corrêa de Paula e Marcos Marques Formigosa, a partir de um levantamento e análise de pesquisas sobre a temática do Ensino de Matemática na Educação do Campo presentes nas quatro últimas edições do EBRAPEM - Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática.

Caminhando na análise das práticas e do fazer da sala de aula, o artigo “SISTEMA DE TAREFAS PARA O ENSINO DE ARITMÉTICA A PARTIR DE NARRATIVAS DE SUJEITOS DO CAMPO”, dos autores Lucas Silva Pires e Carlos Alberto Gaia Assunção, apresenta proposições didático-pedagógicas para o ensino de aritmética a partir de narrativas de práticas socioculturais do homem do campo. Trata, portanto, de uma ação pedagógica com alunos do 6º e 7º ano dos anos finais do Ensino Fundamental. Esse movimento é importante para pensar a aprendizagem significativa para os povos do campo.

Outro artigo, “EDUCAÇÃO MATEMÁTICA DO CAMPO: CRENÇAS E POSSIBILIDADES SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS”, dos autores Paulo Marcos Ferreira Andrade e Adailton Alves da Silva, também caminha nessa direção de aproximar de uma prática que seja próxima a reflexão das relações entre as tecnologias, educação do campo e seus sujeitos. A proposta no artigo sobre as “DIMENSÕES DA ETNOMATEMÁTICA NA POÉTICA DO SUJEITO CAMPONÊS: ANÁLISE DO VIII FESTIVAL DE POESIAS ESCOLA PAULO FREIRE”, dos mesmos autores, articula o sujeito, sua prática e formas de vida com campo de ação educativo. Ou seja, “A escola do campo atua com um projeto político-pedagógico que tem por objetivo articular o currículo aos elementos das práticas sócio históricas dos sujeitos sociais.” (ANDRADE; SILVA, 2020, p. 251)⁵. “A compreensão que se tem é de que a escola camponesa, antes de tudo, precisa encontrar o seu campo de educação próprio.” (*Idem*, 254).

Após as contribuições apresentadas pelos autores dos textos que compõem o Dossiê “Educação do Campo e Movimentos Sociais”, que, desde já, agradecemos pela confiança e pela parceria em submeter à ReDiPE suas produções. Percebemos que passamos pela agradável leitura da Educação do Campo em suas mais variadas acepções, pela luta por uma educação do campo que comina com a possibilidade de conquistas normativas, pelas propostas da formação de professores, pelas experiências pedagógicas variadas, pelo papel da escola e da educação do campo na formação e emancipação de jovens do campo, pela relação íntima da educação do campo e a terra de trabalho e de vida.

Não podemos deixar de reafirmar, como já foi evidenciado nos textos que compõem este volume, os desafios da Educação do Campo, em especial aqueles que comprometem sua continuidade. Neste ponto, destacamos os problemas levantados pelo texto “O FECHAMENTO

⁵ ANDRADE, Paulo Marques Ferreira; SILVA, Adailton Alves da. Dimensões da etnomatemática na poética do sujeito camponês: análise do VIII Festival de Poesias Escola Paulo Freire. **ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, Marabá, PA, v. 2, n. 1, jan.-jun. 2020.

DAS ESCOLAS DO CAMPO COMO POLÍTICA DE GOVERNO: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS EM GARANGOLA/MG”, dos autores Elizete Oliveira Andrade, Custódio Jovêncio Barbosa Filho e Mariana Vilhena Faria. O fechamento das escolas do campo não é uma exclusividade de Carangola/MG, é uma política que vem acometendo todo o país, de norte a sul e de leste a oeste. Este fenômeno político exige dos educadores/educadoras do campo e dos movimentos sociais pela educação, o posicionamento firme no sentido de defendemos diuturnamente a Educação do Campo. Uma das formas de fazermos isso é evidenciando o que se tem produzido sobre a ela, e o que a Educação do Campo tem proporcionado para a Educação Brasileira, para famílias rurais, para jovens e adultos do campo e para o próprio campo.

Com a publicação deste dossiê, acreditamos que estamos no caminho certo.

Maria de Fátima Almeida Martins⁶
Leandro Luciano da Silva⁷
Editores deste Número

⁶ Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: falmartins.ufmg@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9244-3404>

⁷ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIP-Moc). E-mail: leandrolucianodasilva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8903-6442>